



SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

Serviço Social em Empresa: reflexões sobre as demandas do setor de energia elétrica de Minas Gerais*Social Service in a company: reflections on the demands of the electricity sector in Minas Gerais**Servicio Social en una empresa: reflexiones sobre las demandas del sector eléctrico en Minas Gerais***Viviane Arcanjo de Oliveira¹**orcid.org/0000-0002-0931-3287
arcanjoviviane@gmail.com**Maria José Oliveira Lima²**orcid.org/0000-0002-2561-8929
mariajose-oliveira-lima@unesp.br**Recebido:** 10 ago. 2023.**Aprovado:** 01 abr. 2024.**Publicado:** 23 jul. 2024.

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre o Serviço Social no setor empresarial e as demandas para os assistentes sociais que enfrentaram os desafios presentes nas décadas de 1960 e 1990. Realiza uma contextualização da inserção desse profissional em uma empresa de energia elétrica no estado de Minas Gerais e apresenta elementos para se compreender esse espaço sócio-ocupacional e contribuir para o aprimoramento teórico, técnico e acadêmico de assistentes sociais inseridos nesse campo de atuação.

Palavras-chave: Serviço Social em empresa; Serviço Social na Cemig; trabalho de assistência social.

Abstract: This article presents a reflection on Social Service in the business sector and the demands for social workers who faced the challenges present in the 1960s and 1990s. It contextualizes the insertion of this professional in an electric energy company in the state of Minas Gerais and presents elements to understand this socio-occupational space and contribute to the theoretical, technical and academic improvement of social workers inserted in this field of activity.

Keywords: Social Service in a company; Social Service at Cemig; social assistance work

Resumen: Este artículo presenta una reflexión sobre el Servicio Social en el sector empresarial y las demandas de los trabajadores sociales que enfrentaron los desafíos presentes en las décadas de 1960 y 1990. Contextualiza la inserción de este profesional en una empresa de energía eléctrica en el estado de Minas Gerais y presenta elementos para comprender este espacio sociolaboral y contribuir al perfeccionamiento teórico, técnico y académico de los trabajadores sociales insertados en este campo de actividad.

Palabras clave: Servicio Social en una empresa; Servicio Social en Cemig; trabajo de asistencia social.

Introdução

Este artigo está inserido na dissertação de mestrado intitulada "O Serviço Social em empresa de energia elétrica de Minas Gerais" e teve como motivação vários questionamentos sobre o serviço social no setor empresarial, demandas mais apresentadas pelos trabalhadores como situações de saúde, segurança, problemas familiares e as , e estra-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Grupo de Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social. Comissão de Trabalho e Formação Profissional do CRESS 6ª Região, Franca, São Paulo, Brasil.

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, São Paulo, Brasil.

tégias usadas por profissionais ante os desafios encontrados durante sua atuação profissional.

Segundo a pesquisa intitulada "Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional", realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no ano de 2005, dos 1.049 profissionais entrevistados, 13,19% atuavam em empresas privadas. Na busca por referenciais bibliográficos acerca da atuação destes profissionais em empresas, chamaram atenção os dados apresentados no volume 100 da revista Serviço Social & Sociedade, lançado em 2009, em comemoração aos trinta anos da revista, em que foi divulgado o estudo documental realizado pela assistente social e pesquisadora Maria Ozanira da Silva, trazendo as informações sobre as produções socializadas neste renomado periódico durante os anos de 1979 a 2009. Conforme os dados apresentados na revista, houve muitas publicações, todavia o tema Serviço Social na empresa não foi contemplado.

Nesse sentido, destaca-se a importância desta investigação, que visa compreender o Serviço Social empresarial, sobretudo, do segmento de energia elétrica, um setor de grande impacto na economia brasileira e com tendência de crescimento devido às mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva a partir dos anos 1990. O período que marca o início do Serviço Social na Cemig, década de 1960 e 1970, está inserido num contexto em que grande parte do mundo passava por significativas mudanças que impactariam as economias dos países de maneira global. O conhecido capital "regulado" começava a perder força; as dívidas públicas e privadas aumentavam, observava-se a falta de controle da alta dos preços, o desemprego em grande escala e questionamentos por parte das elites político-econômicas sobre a atuação do Estado quanto à proteção social.

Assim como as demais instituições corporativas presentes no Brasil, a Cemig não foge à lógica capitalista, sendo esse um dos motivos para a presença de assistentes sociais em seus quadros de profissionais. Esses são chamados a dar respostas às expressões da questão social

originadas pelas relações estabelecidas entre capital e trabalho. Entende-se que a empresa, como os demais campos sócio-ocupacionais, apresenta grandes desafios para os assistentes sociais, uma vez que consiste num espaço de contradições e complexidades inerentes à relação capital e trabalho. Mesmo nessa situação, profissionais do Serviço Social têm possibilidades de intervenção, assumindo espaços estratégicos junto à direção empresarial, como também nas lutas por direitos sociais dos trabalhadores ali presentes.

Portanto, entende-se que a criação e a caminhada histórica do Serviço Social da Cemig durante todos os anos de sua existência, mesmo diante das contradições inerentes ao contexto econômico e político do país, possibilitou um aprimoramento profissional, uma vez que seu início se deu num momento histórico de grandes repercussões, como a ditadura militar no Brasil, a efervescência da classe trabalhadora, o Movimento de Reconceituação, as mudanças curriculares dos cursos de Serviço Social e a atualização do Código de Ética da categoria.

Faz-se necessário conhecer esse espaço de intervenção para contribuir com a produção do conhecimento, com a formação profissional e o fortalecimento dos assistentes sociais nas empresas. O trabalho da (o) assistente social na empresa não se realiza isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo, que forma uma grande equipe de trabalho (IAMAMOTO, 2010, p. 63-4).

Essa investigação possibilitou reflexões muito relevantes, pois esse espaço de intervenção profissional caracteriza-se por ser contraditório e complexo, estando em constante mudança devido à dinamicidade da sociedade capitalista exigindo do profissional maior compreensão das modificações do contexto social, político, econômico e cultural da sociedade global, a fim de construir e reconstruir formas de intervenção para as demandas apresentadas à sua profissão.

Contextualizando a inserção do Serviço Social em empresas

Alguns estudos registram a presença de assistentes sociais em empresas brasileiras desde a década de 1940; entretanto, Amaral e Cesar (2009) apontam que, a partir dos anos de 1970, e, especificamente, durante os anos 1980, é que se percebeu uma significativa presença de assistentes sociais nas empresas.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a conjuntura política, econômica e social brasileira foi propícia para a ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social em organizações empresariais. Isso porque a classe trabalhadora estava inserida num cenário político favorável à participação no movimento operário, que avançava pela mobilização dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e de vida, a exemplo da fundação de partidos, sindicatos e comissões de fábricas como respostas de enfrentamento ao capital.

Com o fortalecimento político da classe trabalhadora, o Estado e os empresários se unem para criar estratégias políticas para responder aos enfrentamentos dos operários. Surge a necessidade de profissionais especializados para garantir a mediação dos conflitos entre as classes sociais (LIMA; COSAC, 2005). A requisição de assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional não ocorreu por solicitação direta do trabalhador que, naquele momento, lutava para garantir direitos sociais e atender às suas necessidades mas, sim, pelas instituições empresariais, de modo a viabilizar o atendimento das demandas apresentadas pelos trabalhadores como estratégia para o controle da força de trabalho e para responder às suas solicitações.

Em pesquisa realizada por Mota (1985), a contratação de assistente social pelas empresas confirma a necessidade da classe burguesa em oferecer respostas às reivindicações dos trabalhadores, sobretudo em épocas de expansão do capital. Isso provoca, nas organizações empresariais, a necessidade de contratação de profissionais habilitados para desenvolver uma atuação de caráter assistencial e educativo junto

aos seus empregados e familiares. Os assistentes sociais são requisitados pelas empresas para atender às demandas do capital e, também, da classe trabalhadora.

Para Amaral e Cesar (2009), a especificidade da atuação de profissionais dessa área, nas empresas, foi uma ação para a preservação e reprodução da força de trabalho dos empregados, como também uma mediação da relação entre capital e trabalho, para resolver conflitos e comportamentos considerados inadequados pelos patrões. Ainda, segundo as autoras:

Dessa forma, a empresa conseguia controlar e disciplinar sua força de trabalho aos níveis de produtividade requeridos ao seu processo produtivo, participando ativamente da dinâmica de reprodução social das classes trabalhadoras. Ao interferir diretamente na esfera da reprodução social, os assistentes sociais, na condição de assalariados e submetidos às mesmas condições e relações de trabalho do conjunto dos trabalhadores, definem seus objetivos profissionais e desenvolvem iniciativas e estratégias para responder aos "problemas sociais" postos pelos empregadores. (AMARAL E CESAR, 2009, p. 414).

Assim como os demais campos sócio-ocupacionais do Serviço Social, as empresas são espaços de grandes desafios para esses profissionais, uma vez que agregam num mesmo espaço infinitas possibilidades de imprimir, em seu trabalho, as lutas pelos direitos sociais dos trabalhadores, conforme os princípios do Código de Ética Profissional (ARAÚJO, 2015). Para compreender o sentido desse espaço ocupacional, buscou-se pela definição de empresa em outras áreas de formação. Gil (1993 apud LIMA; COSAC, 2005) define empresa como um "sistema social aberto com estruturas interdependentes e múltiplos fatores externos que se relacionam ao sistema social global do qual faz parte". Tal afirmativa é confirmada pelas autoras em 2005:

Esse sistema social é complexo porque envolve pessoas e suas heterogeneidades culturais, comportamentais, educacionais e étnicas, que também se fazem representar por um conjunto de habilidades próprias, capazes de transformações no espaço empresarial, com o objetivo de satisfação de necessidades coletivas e individuais. (LIMA e COSAC, 2005, p. 2).

Explorar esse espaço de intervenção requer, dessa forma, um maior conhecimento por parte dos assistentes sociais sobre o universo empresarial e sobre as relações profissionais estabelecidas com outras áreas do saber, uma vez que, conforme Iamamoto (2001, p. 63), "esses não realizam o seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho".

A autora, em sua obra escrita em parceria com Carvalho (2007, p. 104), reflete que "o Serviço Social é considerado um instrumento auxiliar e subsidiário, ao lado de outros de mais ampla abrangência na concretização desses requisitos básicos para a continuidade da organização social vigente". Tanto o empresariado quanto o Estado buscaram intervir nas ações de enfrentamento da pauperização da classe trabalhadora, orientados por uma perspectiva de desmobilização política das organizações de trabalhadores em prol dos interesses do capital.

Naquele contexto, durante as décadas de 1970 e 1980, vale destacar que o Serviço Social brasileiro já buscava um rompimento com as características conservadoras históricas até então presentes no interior da profissão. Tal movimento, conhecido como o Movimento de Reconceituação, é fundado e desenvolvido, conforme explica Mota, (1985) a partir da identificação do uso político-ideológico da ocupação pelo capital e da negação de uma prática conservadora dessa área, afirmando um compromisso político com as lutas da classe trabalhadora.

Com o legado do movimento de reconceituação latino-americana do Serviço Social, no final da década de 1970 – em plena crise da ditadura a profissão passou a inserir-se mais criticamente nos movimentos das classes trabalhadoras e nas lutas pela democratização da sociedade e do Estado. Entretanto, foi no "Congresso da Virada"³, em 1979, que a profissão percebeu que, para lidar com as mudanças sofridas pelo país e ama-

duar profissionalmente, era preciso avançar. Esse progresso proporcionaria uma formação acadêmica crítica, teórica e rigorosa do ideário profissional, numa tentativa de articular criticamente o conhecimento, a história e a profissão, que passaram a integrar o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista.

A academia busca no materialismo histórico⁴ uma base de sustentação da teoria social crítica marxista para esclarecer conceitos tais como: ser social, consciência social, meios de produção, forças produtivas, relações de produção e modos de produção. Igualmente, baseia-se em conceitos fundamentais para a compreensão da sociedade, das formações socioeconômicas, da estrutura social e organização política da sociedade, da vida espiritual, da cultura e do progresso social.

Nos anos 1980, ocorreram as revisões curriculares que destacaram a importância da pesquisa na graduação, na pós-graduação e no debate profissional sobre o Serviço Social, visto como uma especialização do trabalho coletivo na sociedade, inscrito na divisão sociotécnica do trabalho. A partir dessa década, as mudanças históricas deram espaço à recriação da capacidade de análise, interpretação e intervenção na realidade, fortalecida pelo surgimento dos cursos de pós-graduação, alicerçando um novo projeto profissional. Em 1982, houve a reforma curricular que fundamentou a pesquisa como exigência da formação profissional. Mais tarde, em 1987, foi criado o Centro de Documentação em Pesquisa e Políticas e Serviço Social (CEDEPSS), estimulando e investindo na produção do conhecimento.

Segundo Netto (2009, p.30), "Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social no país e, desde então, constituiu-se, a partir dele, uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente de suas concepções teórico-metodológicas". Diante do cenário renovador da profissão pautado pela negação do caráter neutro, disciplinador, controlador e beneficente ao qual estava vinculado desde a

³ Ver MOTA, A. E. 40 Anos da virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios. In: MEDEIROS E.; NOGUEIRA L.; BEZERRA L. (org.). Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

⁴ Materialismo Histórico. Ver: NETTO, J.P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

gênese da ocupação a categoria de assistentes sociais passa a utilizar, como direcionamento, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais devem estar articuladas de forma consistente e crítica, na atuação profissional diária.

Na dimensão técnico-operativa, espera-se que o profissional se aproprie de habilidades e técnicas que lhe permitam efetivar seu trabalho junto à população usuária e às instituições contratantes. Sobre a dimensão ético-política, no exercício da profissão, o assistente social não pode se valer da neutralidade; é preciso que tenha posicionamento político em face das demandas existentes, lutando pela garantia dos direitos sociais, além de se posicionar em favor da classe trabalhadora. Por fim, a dimensão teórica metodológica permite a descoberta de novos caminhos ao seu exercício profissional, preparando-o para enxergar a realidade para além da aparência, da superficialidade e do senso comum.

Os anos de 1990 apresentaram pouca evolução no que se refere à abertura do mercado de trabalho para assistentes sociais em empresas. Foi um período de grandes mudanças na prática profissional em decorrência da nova realidade trazida pelas transformações ocorridas nas empresas a partir da reestruturação produtiva. Segundo Lima e Cosac (2005, p. 237), "as empresas reestruturaram-se e passaram a exigir profissionais mais qualificados, polivalentes e flexíveis, inclusive os assistentes sociais". Para as autoras:

Esse processo de reestruturação produtiva provocou amplo desemprego, o que resultou em redução do espaço de atuação do Serviço Social nas empresas. A sociedade brasileira, na década de 1990, apresentou intensas mudanças nos rumos da política econômica, afetando consideravelmente as relações sociais de trabalho. Surge um novo paradigma de produção industrial, a automação flexível, que se apoia na força do processo das inovações tecnológicas tanto quanto em mudanças nas estruturas organizacionais, a partir da implementação de processos de trabalho diferenciados. Essas tendências exigem níveis de maior qualificação para a produção e, conseqüentemente, um novo perfil de trabalhador que se enquadre nos

objetivos da empresa, ou seja, um trabalhador capacitado para a polivalência, a multifuncionalidade e comprometido com a organização. (LIMA e COSAC, 2005, p. 237- 238).

Os campos de atuação desse profissional estão em constante mudança. A realidade é dinâmica, e para acompanhar toda a construção e reconstrução de novos conhecimentos e demandas, demandando uma formação continuada que possibilite ao profissional um olhar mais crítico sobre o contexto em cena. Iamamoto (2010, p.20) adverte que pensar o Serviço Social na "contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo, a fim de decifrá-lo e participar da sua recriação". Ainda segundo a autora, "tem de se alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações – não para perder ou diluir as particularidades profissionais mas, ao contrário, para iluminá-las".

Nesse contexto de capitalismo monopolista⁵, o Serviço Social assume uma perspectiva educativa objetivando mudanças de hábitos e comportamentos na intenção de adequar os trabalhadores ao novo sistema, que passa a exigir um maior controle da vida e do trabalho dos operários. Nas empresas, a atuação profissional passa a se direcionar para o monitoramento do desempenho e fatores que contribuem para a diminuição ou o aumento da produtividade, tais como: absenteísmo, dependência química, insubordinação, alcoolismo, dificuldades financeiras, conflitos familiares entre outros.

Conforme Araújo (2015), ao longo da história, as requisições tradicionais demandadas aos assistentes sociais foram sendo acrescentadas por proposições dos próprios profissionais diante de mudanças ocorridas na realidade social e no processo produtivo. Entretanto, os profissionais continuam com sua autonomia restrita, uma vez que precisam seguir as normas, rotinas e projetos determinados pelas instituições para as quais vendem sua força de trabalho, como aponta

⁵ Conforme Netto (2009, p. 19), o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.

Guerra (2007).

Em concordância com a reflexão anterior, Mota (1987) reforça que, nas empresas, a força da determinação da atuação profissional se sobrepõe aos projetos profissionais de forma mais contundente do que em outros espaços, consolidando, assim, as mais diversas formas de subordinação. A requisição do Serviço Social no setor empresarial apresenta confirmações de que o avanço e a ampliação do projeto da sociedade do capital geram novas necessidades sociais e impõem, aos assistentes sociais, exigências de uma atuação de caráter educativo e assistencial junto aos trabalhadores e familiares, objetivando a manutenção da qualidade da força de trabalho. Portanto, é possível encontrar profissionais inseridos em equipes multiprofissionais, presentes em diversos setores das empresas, como recursos humanos, benefícios sociais, planos de saúde, segurança, meio ambiente, Comissão de Ética, ouvidoria e setores relacionados a pesquisas de satisfação e monitoramento de sistema de gestão.

Vale destacar que o Serviço Social é uma profissão interventiva, que precisa mostrar utilidade e atender às expectativas das instituições empregadoras. Essa utilidade será medida pela capacidade de dar respostas úteis às necessidades apresentadas pelos sujeitos envolvidos nesse espaço ocupacional. Do mesmo modo que a sociedade é moldada por contradições, esse campo de atuação também se encontra numa posição contraditória ao realizar suas mediações, atendendo às demandas do empregador ou respondendo às demandas apresentadas pelos trabalhadores.

O início do setor de Serviço Social na CEMIG

A inserção do Serviço Social na Companhia Energética de Minas Gerais⁶ (CEMIG) teve seu início na década de 1960, em um período que a empresa ampliava seu leque de atividades, passando a operar de forma integrada nos segmentos de geração, transmissão, distribuição de energia elétrica, construção de aproveitamentos hidrelétricos por meio de barragens e realização de pesquisas tecnológicas acerca do setor.

Naquele momento histórico, os países latino-americanos viviam momentos de muitos desafios e dificuldades. Já havia, em toda a América Latina, um extenso exército industrial de reserva, a fome, as doenças e uma gigantesca massa de indigentes. No Brasil, a situação não era diferente, uma vez que o país vivia em um patamar de desenvolvimento e expansão do capitalismo. Tinha suas atenções voltadas às questões econômicas e de políticas externas, deixando, desse modo, a preocupação com as questões sociais para o segundo plano.

Conforme nos aponta Martinelli (2007, p. 141), "a luta de classes ganhava as ruas, os movimentos populares cresciam em organização e mobilização". Todo o país vivia uma extensa expansão industrial, tendo o Serviço Social da Indústria (SESI)⁷ como um instrumento de organização do empresariado para igualar o direcionamento desse setor frente às definições políticas e econômicas postuladas pelo capital internacional.

As relações sociais advindas desse processo de desenvolvimento das forças produtivas, a complexidade e o ritmo dos novos processos de trabalho apresentaram novas demandas para as empresas, incluindo a inserção em suas atividades internas, a intervenção de profissionais capazes de realizar ações de cunho assistencial e educativo frente à "questão social"⁸, consequência

⁶ Conforme Cachapuz (2006), em 22 de maio de 1952, o governador Juscelino Kubitschek criou a Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), que objetivava a construção e a exploração direta dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado. Desse modo, contribuiu com a criação, o controle, a gestão e o financiamento de sociedades de economia mista regionais com finalidades afins. Ver: Oliveira, V.A. (2023).

⁷ O Serviço Social da Indústria é oficializado em 1946, por intermédio do mecanismo de Decreto-Lei nº. 9403, de 25 de junho de 1946, no governo de Gaspar Dutra, ainda vigente, durante o período de elaboração da nova Constituição (IAMAMOTO, 2015).

⁸ Questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no

dessa aceleração produtiva. Com a implantação da Eletrobrás⁹ como empresa *holding* do Brasil, criada em 1960, mas implantada em 1962, toda a administração e controle das empresas elétricas supervisionadas pelo governo federal, passaram a ser responsabilidade daquela e, desse modo, conferindo uma nova configuração à eletricidade brasileira.

Após 1964, as empresas do setor elétrico receberam do regime militar o apoio e disponibilidade de recursos financeiros externos tornando-as instrumentos do governo para o desenvolvimento econômico do chamado "milagre brasileiro". A Companhia Energética de Minas Gerais já exercia suas atividades em todo o estado, com escritórios em Belo Horizonte e nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (DF), tendo sua primeira equipe técnica a prestar serviços sociais formada pela assistente social Orcelia Barroso¹⁰, vinculada ao SESI mineiro. Orcelia passou a prestar seus serviços aos trabalhadores da empresa e, posteriormente, outros profissionais foram incorporados à equipe original.

No ano de 1971, Orcelia deixou a equipe para implantar o Serviço Social da Eletros, empresa criada em 26 de novembro de 1971 no Rio de Janeiro, quando se criou a Fundação de Seguridade Social da Eletrobrás. Em Belo Horizonte, a Companhia Força e Luz¹¹ criou, em 27 de dezembro de 1971, uma Fundação de Seguridade de Fundos de Pensão, a Forluz. Essa fundação prestava vários benefícios assistenciais, além de suplementar as prestações às quais os empregados e diretores fazem jus como segurados do

INPS, de modo a terem garantidos, ao se aposentarem, quer por tempo de serviço, por velhice ou por invalidez, os salários e honorários que percebiam enquanto em serviço. (LAGES; CARMO, 2013, p. 27). Em Assembleia Geral Extraordinária, a Cemig propôs aos seus acionistas a aquisição das ações da Cia. Força e Luz de Minas Gerais, empresa da Eletrobrás, justificando-se ser essa uma oportunidade de expansão das áreas de abrangência. Os empregados da Cemig possuíam uma associação, fundada em 31 de dezembro de 1959, a Associação Beneficente dos Empregados da Cemig (Abecê) com o objetivo de "prestar assistência social, desenvolver o mutualismo, promover o bem-estar dos empregados da Cemig e assistir, quando possível e conveniente, a terceiros residentes nas áreas servidas pela Associada Protetora" (LAGES; CARMO, 2013, p. 30).

Realizada a incorporação da empresa Cia. Força e Luz de Minas Gerais, as ações da Abecê foram mantidas pela Forluz como, por exemplo, empréstimos para os mais diversos fins, auxílio financeiro para tratamento médico, internações hospitalares e congêneres e financiamento para a compra de eletrodomésticos e outros bens. A equipe de profissionais alcançou um número expressivo dentro da Companhia e trouxe mudanças na cultura e na maneira de atuação junto aos trabalhadores e trabalhadoras, bem como na relação com os gestores e a população alcançada pela corporação.

O Serviço Social da Cemig tinha, até a década de 1990, como principais frentes de atuação, o atendimento individual direcionado às demandas

cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, para além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 2007).

⁹ A Eletrobrás tinha como atividade principal a participação em empresas com a maior quantidade de ações, sendo, dessa forma, a detentora do controle da administração e das políticas empresariais. O objetivo da criação desta nova *holding* seria administrar um determinado grupo de empresas, visando à melhoria da estrutura de capital e criação de parcerias com outras empresas (OLIVEIRA, 2023 p.34).

¹⁰ Nascida em Sabinópolis, próxima a Diamantina, Estado de Minas Gerais, Orcélia Barroso foi pequena para Belo Horizonte, onde estudou e se formou em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica. Após intensa atividade na Assistência Social, ela começou a participar dos quadros da CEMIG. Conhecedor de sua experiência de intermediação com os sindicatos e na normatização da política de benefícios da CEMIG, o Presidente Mário Bhering transferiu Orcélia para a Eletrobrás Associação dos Aposentados Participantes da ELETROS (APEL). Publicação na Revista APEL, Rio de Janeiro, ano XXXII, nº. 161, nov. 2020. Disponível em: <http://apelonline.com/index.php/comunicacao-saiba-das-novidades/colunistas/57-por-onde-anda>. Acesso em: jul. 2023.

¹¹ Companhia Força e Luz (CPFL), empresa fundada em 16 de novembro de 1912, por iniciativa dos engenheiros e empresários Manfredo Antônio da Costa e José Balbino de Siqueira, cujo objetivo era, segundo seu estatuto original, "a exploração industrial da eletricidade em todas as variadas aplicações no estado de São Paulo". Na sua formação, a companhia incorporou a Empresa Força e Luz de Botucatu, a Empresa Força e Luz de São Manoel, a Companhia Elétrica do Oeste de São Paulo e Empresa Força e Luz Agudos Pederneiras, responsáveis pelo fornecimento de energia a 13 municípios da região central do estado. Em 1919, a CPFL assume o controle da Empresa de Eletricidade de Bauru que, além deste município, atendia a áreas vizinhas. (BRANDI, Paulo. Breve histórico da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL. Revista Memória da Eletricidade. Rio de Janeiro, on-line, nov. 2020. Disponível em: <https://memoriadaeletricidade.com.br/artigos/38501/breve-historico-da-companhia-paulista-de-forca-e-luz-cpfl> . Acesso em: jul. 2023.

dos empregados e de suas famílias. A mediação entre as relações de trabalho e familiares, emergências de saúde, internações, acidentes de trânsito e no trabalho, acidentes domésticos, desequilíbrios financeiros, obtenção de recursos e benefícios sociais junto às instituições constituíram benefícios concedidos pela empresa por intermédio de seus planos assistenciais, visitas hospitalares e domiciliares.

Os Projetos e Programas refletiram o engajamento da equipe com o compromisso de contribuir para o processo de mitigação das questões como a fome, a pobreza, o déficit da educação, dos prejuízos causados aos operadores expostos ao risco da eletricidade e a carência de moradia observada entre os trabalhadores. Buscava, também, apresentar junto aos gestores e populações atingidas pelas construções das hidrelétricas, propostas para amenizar parte das perdas causadas pela desruralização desenfreada, ditada pelo lema "enriquecimento do país a qualquer preço", cujo compromisso era, e ainda é, voltado à concentração de renda e de poder.

Trabalho profissional de assistentes sociais: período entre 1960 e 1990

A conjuntura em que se desenvolveram os primeiros anos do Serviço Social na Cemig apresentava uma realidade da profissão cuja direção remontava a três tendências: "a modernização conservadora de orientação tecnicista e funcionalista, de manutenção do status quo; a desenvolvimentista e reformista dos anos 1950 e 1960; e a vertente da renovação da profissão" (ABRAMIDES, 2016, p.458).

Conforme explica Netto (1991), embora aquele momento de ditadura militar reforçasse o Serviço Social tradicional, sua dinâmica direcionou o processo ao desgaste. As mudanças decorrentes do período histórico de renovação da profissão, o Movimento de Reconceituação na América Latina, trouxeram novos desafios para as assistentes sociais, os quais estabeleciam uma crítica ao Serviço Social tradicional e propunham um novo projeto de formação profissional. Com a incidência desse movimento no Brasil, iniciado

no projeto pioneiro da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, a categoria passa a pesquisar a teoria social de Marx e do materialismo histórico-dialético para compreender o significado social da profissão e as contradições e antagonismos da sociedade capitalista de exploração da força de trabalho. Vivenciava a alteração do Código de Ética profissional que, mesmo contendo traços da renovação, inseriu valores liberais, mantendo as suas bases pautadas pelo neotomismo e pelo funcionalismo, visando a uma nova sociabilidade humana.

Tais afirmativas se confirmam no texto do código de ética de 1965, destacado a seguir:

O (a) assistente social, profissional liberal, tecnicamente independente na execução de seu trabalho, se obriga a prestar conta e seguir as diretrizes emanadas de seu chefe hierárquico, observando as normas administrativas da entidade que o emprega. No exercício de sua profissão, o assistente social tem o dever de respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem destinam a sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhes são devidos, tendo em vista o princípio de autodeterminação. O assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando para o estabelecimento de uma ordem social e justa. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 45).

As frentes de trabalho eram direcionadas às demandas dos trabalhadores e suas famílias, bem como às comunidades atingidas diretamente pelo ações de empreendimento da empresa. Cabia ao Serviço Social a tarefa de realizar a gestão de seus Programas e Benefícios, como creche, programa de reabilitação profissional junto ao trabalhador afastado pelo INSS, prevenção de lesão por esforço repetitivo (LER), casais grávidos e demais programas emanados de debates discutidos no meio sindical. O exercício profissional dos assistentes sociais opera a prestação de serviços que atendam às necessidades sociais, utilizando, desse modo, a dimensão técnica operativa. Segundo Santos, Bacx e Guerra (2013, p. 48):

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o (a) assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional. É através da mesma que o (a) assistente social articula um conjunto de saberes,

recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um "fazer" que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/ renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o (a) profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas.

Corroborando as palavras das autoras, Martinelli apud Magalhães (2006, p. 48) acrescenta que "instrumental é o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional".

Os profissionais do Serviço Social da Cemig utilizavam aparatos técnico-operativos como, por exemplo, visita domiciliar e hospitalar, visita a trabalhadores em privação de liberdade, identificação de corpos no Instituto Médico Legal, acompanhamento das condições de moradia dos trabalhadores vivendo em alojamentos e, por último, ida à organização de grupos para debater assuntos relacionados à saúde, recursos financeiros e clima organizacional entre os trabalhadores e gestores.

As assistentes sociais direcionavam seu trabalho às populações atingidas pela construção das barragens ou das linhas de transmissão na tentativa de compreender e mitigar parte dos prejuízos causados pelo desenvolvimento industrial como a desruralização de agriculturas familiares e perda de culturas locais. Com a inserção do setor de Serviço Social ao Setor de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, a equipe de assistentes sociais passou a direcionar seu trabalho para a segurança e a prevenção de acidentes e adoecimento. Esse tipo de trabalho envolveu uma atuação multiprofissional com profissionais médicos, enfermeiros, engenheiros de segurança, técnicos de segurança e técnicos de enfermagem. Mediante as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes (CIPAS) e das Semanas Internas de Prevenção a Acidentes de Trabalho (SIPAT), esses profissionais realizavam palestras e momentos de reflexões sobre segurança, saúde e qualidade de vida.

O Serviço Social passa a ser subordinado à

área de Recursos Humanos, especificamente à de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho. Os assistentes sociais passaram, então, a se ocupar, principalmente, da segurança do trabalho. Para atender ao novo direcionamento da Cemig, precisaram atuar na prevenção e acompanhamento sistemático dos empregados em relação à saúde, o que impactava diretamente na segurança e nos riscos ao acidente do trabalho. Sobre a premissa de formação continuada, a equipe desenvolvia seu processo de estudo e pesquisa por conta própria, pois, apesar da importância de um aprimoramento profissional que favorecesse uma melhor compreensão das mudanças ocorridas no cenário produtivo e no país, a empresa não podia empregar tal aporte naquele momento. Nesse contexto, essas assistentes sociais, além de apresentarem o propósito da profissão, apontaram novos caminhos para outros profissionais que chegariam posteriormente. Contribuíram com a produção de novos conhecimentos para a profissão e na mitigação dos problemas socioambientais decorrentes do avanço e ampliação dos parques tecnológicos da empresa.

Vários foram os programas desenvolvidos pelo Serviço Social na referida instituição na década de 1960, a qual demarca o início da inserção de profissionais do Serviço Social na companhia até o final da década de 1980. Nessa época, inaugurou-se, no país, um novo projeto "que consistia como estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital em face da crise, do avanço técnico científico e das lutas de classe que se desenvolveram após 1970, atingindo as leis trabalhistas, as lutas sindicais, e as chamadas "reestruturação produtiva" e (contra) reforma do Estado" (MONTANÕ e DURIGUETTO, 2011, p.193). Destacam-se algumas das demandas solicitadas e realizadas pelos profissionais do Serviço Social:

1. Controle de qualidade dos serviços prestados pelas creches que atendiam os trabalhadores bem como a adequada utilização do Programa.
2. Casais grávidos: programa de atendimento em grupos concebido pelo Serviço Social, em parceria com ou-

tras categorias profissionais, para tratamento de assuntos relevantes sobre métodos de controle de natalidade, entre outros.

3. Gestão de acompanhamento das situações de reabilitação profissional, juntamente com o Centro de Reabilitação Profissional (CRP) do INSS em MG.

4. Gestão do programa destinado à concessão de vagas para estágio profissional na Cemig a pessoas indicadas pela Coordenadoria de Assistência a Pessoa Portadora de Deficiência (CAAD) de MG com a intenção de contribuir para a capacitação e o preparo para o mercado de trabalho.

5. Gestão do convênio com o Serviço Social da Indústria (SESI) visando articular a saúde, educação e cultura por meio das atividades do Serviço como palestras sobre saúde.

6. Trabalho com grupos de menores aprendizes das atividades operacionais da empresa, que se encontravam em regime de internato na escola, abordando questões sociais como a relação na empresa, na família e na vida social, carreira, métodos de controle da natalidade, preparação para a aposentadoria, prevenção de acidentes, de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e de alcoolismo.

7. Comissão interna de prevenção de acidentes CIPAs regionais da Cemig; o Serviço Social, em atendimento aos convites dos órgãos regionais da empresa, realizava palestras sobre temas sociais ligados aos interesses das equipes de cada local.

8. Assistência às pessoas da comunidade acidentadas em redes da Cemig. Esse assunto sempre era debatido nas Semanas internas de prevenção a acidentes de trabalho (SIPATs) mediante reuniões com as chefias ou em palestras para a comunidade.

9. Programa Habitacional de Emergência para empregados com moradias em situação de risco.

10. Assistência em grupos para prevenção de LER e amparo aos portadores desse tipo de lesão, para a conscientização sobre as consequências dessa doença profissional para a vida do trabalhador, até então desconhecidos por eles próprios e pelas chefias. As dinâmicas de atendimento aos grupos se tornaram um laboratório de pesquisa para o Serviço Social e foi o que sustentou o trabalho de atendimento individual aos lesionados.

11. Gestão e operacionalização da parceria estabelecida entre o Serviço Social com o setor de cirurgia plástica do Hospital Sarah Kubistchek de Belo Horizonte por meio de palestras sobre a morte e o morrer de grandes queimados em redes elétricas.

12. Supervisão de estágio acadêmico para alunos de Serviço Social, concedidos especialmente aos vinculados à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG).

13. Preparação para a aposentadoria na empresa com a criação de um programa denominado Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA), destinado aos empregados interessados nessa questão, independentemente da faixa etária, escolaridade, do tempo de previdência, e do nível funcional.

14. Contribuição em estudos e publicações sobre as comunidades sujeitas à implantação de barragens, trazendo à luz as análises dos principais impactos previstos e apresentação de propostas de medidas a serem adotadas pela Cemig, tanto no que se referiam às comunidades atingidas, quanto à comunidade de trabalhadores que estivessem envolvidos.

Considera-se que todo o trabalho realizado pelas assistentes sociais da empresa foi fruto de um forte compromisso com a profissão e com a classe trabalhadora. As décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 apresentaram conjunturas muito adversas e desafiadoras para a categoria; por esse motivo, há uma importância ímpar em explorar os acervos do Serviço Social nas empresas e

investigar a realidade do profissional do campo, aquele que detém o saber empírico. Deve-se produzir conhecimento sobre esse espaço sócio-ocupacional, pois há muito ainda a se dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo ora apresentado faz parte de uma pesquisa de mestrado, cujo objetivo principal foi compreender o trabalho profissional desenvolvido por assistentes sociais nas empresas, em especial a Cemig, entre a década de 1960 e o início da década de 1990. Importante registrar que o estudo sobre as experiências vivenciadas por outros profissionais e demandas possibilita uma avaliação quanto às tendências da profissão no que tange aos avanços e retrocessos dos processos de trabalho e exigências apresentadas para a categoria profissional na atualidade.

As demandas registradas neste estudo fazem parte do conjunto de ações realizadas por assistentes sociais que estiveram presentes em momentos emblemáticos e desafiadores para a categoria em todo o país no período da Ditadura Militar quando muitos profissionais foram perseguidos e presos. Igualmente, nos momentos de grandes construções das usinas hidrelétricas, contribuindo, de modo especial, com um trabalho mais próximo às comunidades e à população para conhecer as culturas locais. Ações essas cumpridas mediante visitas às regiões afetadas pelas mudanças do curso dos rios ou áreas alagadas; mediações entre a empresa e as comunidades na tentativa de mitigar os conflitos de interesses postos para aquele momento histórico.

Esses profissionais tiveram uma importância ímpar na contribuição para a renovação da profissão de Serviço Social, haja vista os desafios colocados pela conjuntura ora apresentada. Eles realizavam suas intervenções de maneira crítica e reflexiva, colaborando para o fortalecimento do Movimento de Reconceituação da profissão no país.

Diante do exposto, registra-se que as reflexões trazidas aqui estão longe de esgotar a temática. Este artigo representa apenas um ponto de partida para outras investigações sobre o

Serviço Social no setor empresarial. Acredita-se que os elementos trazidos por esta pesquisa contribuirão, significativamente, para a categoria de assistentes sociais, principalmente aqueles inseridos em empresas do ramo elétrico, pois se trata de um espaço sócio-ocupacional pouco explorado teoricamente apesar de apresentar uma infinidade de possibilidades para outros estudos.

Almeja-se, também, realizar uma provocação acerca da formação profissional na qual os estudantes dos cursos de Serviço Social estão sendo inseridos e quais contribuições podem oferecer para a sociedade, uma vez que as contradições se fazem presentes no cotidiano profissional e há que se fazer vigilante aos retrocessos propostos. Por fim, espera-se que este trabalho sirva de inspiração à realização de novos estudos e à descoberta de novas histórias pioneiras, a fim de proporcionar a esta e às futuras gerações de assistentes sociais a compreensão necessária sobre os fundamentos históricos do Serviço Social e as mudanças ocorridas na profissão. Mudanças estas decorrentes do modo de produção capitalista e da necessidade de constantes avaliações e reflexões sobre a atuação profissional, atribuições e exigências institucionais apresentadas para a categoria.

Referências

- ABRAMIDES, M.B.C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n.º. 127. São Paulo: Cortez, 2016.
- AMARAL, A.; CESAR, M. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. p. 1-20. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.
- ARAÚJO, F.C. O Serviço Social em empresas: formulações acerca de um espaço de atuação profissional. Cap. 1. In: *O Serviço Social em empresas para além de críticas: espaços de enfrentamento e atuação profissional*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015.
- BARROCO, M.L.S.; TERRA, S.H. Código de Ética do(a) Assistente Social comentado. Conselho Federal Serviço Social (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.
- CACHAPUZ, P.B.B. Usinas da CEMIG: 1952-2005. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.

GUERRA, Y. O projeto profissional: estratégias de enfrentamentos das condições contemporâneas da prática profissional. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n.º. 91, p. 5-33, 2007.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n.º. 3, 2001.

IAMAMOTO, M.V. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M.V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LAGES, P.R.A.; CARMO, S.R. *Forluz – 40 anos*. Belo Horizonte: Palco Editora, 2013.

LIMA, M.J.; COSAC, M.D. *Serviço Social na Empresa*. *Revista Katalysis*, v. 8 n.º. 2. Florianópolis, p. 235-246, 2005.

MAGALHÃES, S.M. *Avaliações e linguagem: relatórios, laudos e pareceres*. São Paulo: Veras Editora, 2006.

MARTINELLI, M.L. *Serviço Social: identidade e alienação*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimento social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, A. E. 40 Anos da virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios. p.167-177. In: MEDEIROS E.; NOGUEIRA L; BEZERRA L. (org.). *Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

MOTA, A. E.. *O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa*. São Paulo: Cortez, 1985.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n.º. 84, ano XXVI, 2005.

NETTO, J.P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J.P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, V. A. *O serviço social em empresa de energia elétrica de Minas Gerais*. [Dissertação de Mestrado em Serviço Social]. Universidade Estadual Paulista UNESP São Paulo, 2023.

SANTOS, C. M; BACKY, S.; GUERRA, Y. *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 2ª ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

Viviane Arcanjo de Oliveira

Graduada em Assistência Social pelo Centro Universitário UNA (2011), especialista em Saúde Pública (2014), mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bolsista da CAPES. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social-GESTA (Franca) e Membro da Comissão de Trabalho e Formação Profissional do CRESS 6ª Região. Profissional experiente nas Políticas de Saúde; Política de Assistência Social e Empresas. Interessada nas áreas de Serviço Social em Empresas, Saúde do Trabalhador, Meio Ambiente e Mundo do Trabalho.

Maria José Oliveira Lima

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1988) e especialista em Políticas Públicas e Movimentos Sociais pela UNESP/Campus de Franca (1998). Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002) e doutora em Serviço Social pela mesma universidade (2007), onde atua como docente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, trabalho profissional, gestão, gestão social, gestão de políticas públicas. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social - GESTA/FCHS-UNESP/Franca. Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social - GEDUCAS da UNESP/Franca. Coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social (2018-2020).

Endereço para correspondência

VIVIANE ARCANJO DE OLIVEIRA

Rua Pitangui 4028 , Casa 2

Pompeia, 30280-280

Belo Horizonte, MG, Brasil

MARIA JOSÉ OLIVEIRA LIMA

Avenida Major Nicácio, 2527/ap. 52

Vila Santa Cruz, 14403-462

Franca, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Mais H Consultoria Linguística e submetidos para validação das autoras antes da publicação.